



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

Pedagogia do Conceito

Graciete da Cruz Mateus

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Ensino de Filosofia no Ensino Secundário
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José António Duarte Domingues
Co-orientador: Prof. Doutor José Maria Silva Rosa

Covilhã, outubro de 2012

Dedicatória

Ao Pedro e ao Rodrigo.

Agradecimentos

Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Domingues, meu orientador, pela competência científica e acompanhamento do trabalho, pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo do trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Por me saber ouvir, aconselhar e ensinar com prazer e dedicação grande parte do que sei, bem como pela disponibilidade e amizade então demonstradas. As suas palavras no final da minha Licenciatura em Filosofia são e continuarão a ser um bálsamo e um apoio na minha vida *“Não pode mudar o mundo, mas pode mudar a forma de encarar o mundo.”* Mais uma vez, bem-haja mestre Domingues!

Ao meu marido, que me acompanhou ao longo do meu percurso académico, mostrando ser um bom ouvinte, atento as minhas inquietações e desânimos, manifestando sempre o seu amor incondicional. Bem-haja por acreditar sempre nas minhas capacidades, mesmo quando deixei de as ter. Por ter sido sempre o pilar onde me apoiei para continuar o meu caminho.

Resumo

O presente trabalho aborda a importância da aprendizagem filosófica no ensino secundário sob a perspectiva da pedagogia do conceito. Foi realizado um diálogo permanente com o pensamento de Deleuze e de Guattari sobre a criação dos conceitos. Num primeiro momento, de âmbito teórico, suscitámos uma reflexão, familiarização e exploração centrada no contexto escolar e no termo conceito. Recorre-se ao trabalho do docente e do discente com o objetivo de esclarecer o que é a conceptualização e a sua importância no trabalho filosófico. Num segundo momento, de âmbito mais prático, pretendemos perspetivar a prática pedagógica do conceito em contexto de sala de aula. Apresentámos o texto clássico de filosofia no ensino secundário como sendo o processo de transposição didática do conhecimento filosófico como sendo o ponto de partida mais adequado para a conceptualização, para criação de conceitos e para a atividade do filosofar. No final expomos um texto que pretende deixar o caminho aberto a novas questões sobre a importância da formação filosófica na sociedade civil.

Palavras-chave

Ensino da Filosofia, conceito, pedagogia, didática, conceptualização.

Abstract

This paper discusses the importance of philosophical learning in secondary education under the perspective of the concept of pedagogy. We conducted a dialogue with the thought of Deleuze and Guattari's about creating concepts. At first, the theoretical framework, we have raised a reflection, exploration and familiarization centered in the school context and the term concept. We use the work of teachers and students in order to clarify what is the conceptualization and its importance in the philosophical work. Secondly, a more practical context, we intend to put in perspective the pedagogical practice of the concept in the context of classroom. We have presented the classic text of philosophy in secondary education as the process of didactic transposition of philosophical knowledge as being the most appropriate starting point for the conceptualization to create concepts, and to the activity of philosophizing. In the end, we want to expose a text that intends to leave the way open to new questions about the importance of philosophical training in civil society.

Keywords

Teaching of Philosophy, concept, pedagogy, didactics, conceptualization.

Índice

Introdução	5
Capítulo I - Perspetiva do agir docente	7
Capítulo II - Pedagogia do conceito	11
Capítulo III - Uma possível didática do conceito	17
Capítulo IV - Proposta didática	25
Capítulo V - O horizonte da educação filosófica	37
Conclusão	43
Referências bibliográficas	47

Introdução

O principal objetivo deste relatório é o desenvolvimento de uma metodologia didática do conceito no ensino da filosofia no ensino secundário. Esta metodologia visa, igualmente, colocar a Filosofia no ensino secundário, não ao lado das outras disciplinas curriculares, mas atribuir-lhe o estatuto de saber/conhecimento que contribui para a formação e educação intelectual dos adolescentes. É uma tarefa árdua, mas que esperamos conseguir através da exposição da importância conceptual no ensino da filosofia. De longe, sabemos que existem outras com igual importância, ou quem sabe até mais salutares que esta. Contudo defenderemos e argumentaremos sobre a conceptualização e sobre os elementos que a envolvem.

Este trabalho pretende apresentar uma reflexão didático-pedagógica sobre, o estudo dos conceitos filosóficos e leitura e interpretação de textos filosóficos no ensino secundário. A investigação realizada incide na importância e na necessidade capital da procura da especificidade da filosofia no ensino secundário. Na visão de Deleuze, a Filosofia é a única disciplina que é capaz de produzir conceitos, por outras palavras, a Filosofia é uma disciplina conceptual por excelência. Sobre tal o autor, afirma que é por não poder criar o uno, que cada conceito talha e retalha o acontecimento à sua maneira, por isso o conceito pertence somente à filosofia. Neste relatório procurar-se-á mostrar que o conceito é o que impede o pensamento de ser uma simples opinião, conduzindo-o ao exercício da reflexão e da construção da exploração conceptual. O estudo do texto filosófico surge, assim, como a metodologia mais pertinente, a nosso ver, para o desenvolvimento da competência da conceptualização do aluno.

A pedagogia do conceito, a partir da qual se elabora a reflexão deste relatório, tem como base as indagações teóricas de Deleuze e Cossutta. Deleuze, apesar de não ter desenvolvido uma reflexão específica sobre o ensino de filosofia, abordaremos a sua teoria sobre os conceitos. Rebateremos com o conceito filosófico o problema do ensino da filosofia, tendo como base uma reflexão da filosofia. Debruçar-nos-emos sobre a problemática do

ensino da disciplina de Filosofia no ensino secundário a partir da obra de Deleuze *O que é a filosofia?* onde o autor apresenta de modo muito claro a ideia da criação de conceitos. Tendo em vista descobrir o que é a filosofia, por outras palavras, procurar algo específico que permita separar a filosofia do mero ato de reflexão da filosofia ligada ao ato de criação. Para Deleuze é a criação de conceitos que permite a reflexão e a comunicação.

O processo de ensinar e aprender é pautado por diversas atividades, entre as quais destacamos, leitura, escrita, compreensão e interpretação dos textos filosóficos. A nível didático pensamos que é necessário que os alunos, apoiados pelos docentes, consigam analisar e discutir os problemas filosóficos a partir dos textos. Com o estudo dos textos pretende-se ainda, estimular os alunos para a expressão própria do seu pensamento. Obviamente é inconcebível pensar sobre qualquer problema da filosofia deixando de parte o que tantas pessoas sábias pensaram antes sobre o tema. Portanto o ensino da filosofia não se restringe a fazer interpretações dos pensamentos/teses/teorias dos filósofos anteriores a nós, antes utilizará esse trabalho para debater essas ideias.

Este documento encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo inicia-se com a abordagem da *Perspectiva do agir docente*, ou seja do problema da ação do docente perante a transmissão de conhecimentos filosóficos ao aluno para que este crie o seu próprio ser, para poder participar, democraticamente, na sociedade. No Capítulo II abordamos a *Pedagogia do conceito*, tentando expor aí, a filosofia como criadora, e a filosofia como interpretação de conceitos. Deleuze e Cossutta são neste capítulo os nossos principais guias. Seguidamente expomos o tema da conceptualização do conceito. Neste tema apresentamos o que se entende por *conceito* e por processo de conceptualização. O capítulo III expõe a ideia de *Uma possível didática do conceito* em filosofia que trata a pertinência de uma aplicação didática do processo da conceptualização na sala de aula, nomeadamente por via do trabalho metodológico do texto filosófico e da identificação dos seus conceitos. Para a metodologia do trabalho filosófico será dada a devida atenção à leitura, exploração e compreensão dos textos. No IV capítulo formulamos a nossa *Proposta didática*. O objetivo principal deste capítulo é desenhar uma estratégia didática de modo a pôr em prática o exercício da conceptualização. Por último, no capítulo V intitulado *O horizonte da Educação filosófica*, salienta-se a importância da reflexão filosófica com base na própria experiência do aprender filosofia e o desenvolvimento de uma cidadania na qual se pretende que o aluno participe responsabilmente, ativamente e democraticamente, designadamente na sociedade em que se insere.

Capítulo I - Perspectiva do agir docente

“You afirmar que um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um espaço de problematização compartilhado com seus alunos. (...) Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar uma atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, conseqüente com esta maneira de orientar o pensamento.” (Cerletti, 2003, p.62)

Tendo presente o pressuposto do texto, de que o professor de filosofia é aquele que consegue construir um espaço de problematização, e de acordo com o Programa de Filosofia, os docentes pretendem dar aos seus alunos uma aprendizagem filosófica de qualidade que desenvolva o raciocínio próprio, que trabalhe com os conceitos e que constitua relações entre os conceitos, que aplique os conteúdos programáticos em situações diferentes e que facilite a comunicabilidade das suas ideias com as suas próprias palavras, portanto que encontre aplicação prática dos conhecimentos transmitidos.

O docente de filosofia e o seu saber filosófico auxiliam o aluno na adaptação racional da realidade. Mas como é feito este auxílio? Ao longo do trabalho pretendemos encontrar uma resposta para tal pergunta. No entanto, podemos apresentar, já, algumas ideias que servirão como fio condutor. A filosofia é a vivificação do *logos*, por outras palavras, é a exercitação viva das competências argumentativas e interventivas. A filosofia exige que muitas vezes se retomem questões já debatidas, que pressupõem uma segunda análise, um outro olhar, uma outra perspectiva que pode revelar novas dimensões do problema. Deste modo, pretende-se relativizar as aparências e aprofundar os seus fundamentos. Devemos aceitar a tese geral de Deleuze (1992), de que a conceptualização é um caminho primordial para a atitude do filosofar? Como adquirir um método didático em filosofia que promova bons resultados para os alunos (e docentes)?

O problema da educação e do ensino não é recente. Sócrates, Platão e Aristóteles defendem a educação como o eixo central de uma sociedade justa e da melhor formação humana. Para os primeiros filósofos, a natureza e o universo eram perpassados por uma ordem, é com Sócrates, Platão e Aristóteles que o pensamento muda. Problematiza-se o caos de forma diferente. É com as suas questões que surge o pensamento político no ocidente, que privilegia a elaboração argumentativa, científica do pensamento, que seja capaz de interpretar, de criticar e de transformar o caos numa sociedade ordenada. O sentido da política consiste na realização de uma boa formação humana e, para tal, os docentes de filosofia têm um papel importantíssimo. Quer no alertar e capacitar os alunos para intervirem e formarem essa mesma sociedade. A educação será uma espécie de corrente que liga as gerações presentes às anteriores e futuras, é uma ponte que possibilita a moralização do indivíduo. As instituições da sociedade política, na visão destes filósofos, têm a função de formar. Ora, uma política corrupta não formará cidadãos responsáveis, por isso é essencial uma boa formação pedagógica em filosofia dos futuros cidadãos.

Segundo as Orientações para a lecionação do Programa de Filosofia (2005), todavia uma boa formação pedagógica trata de colocar em concordância os conceitos e os valores num mesmo espaço. Todavia a ação pedagógica dos docentes não promove a reprodução do modo de vida, mas cria ou fabrica conceitos numa reelaboração de novos sentidos. O ensino pode ser uma obra sempre em aberto, dinâmica e em movimento, pois trabalha com uma infinidade de conteúdos e conceitos filosóficos. Deleuze pensa e acolhe, parece, todos os pormenores, não deixa nada de lado (singularidades), facultando assim a criação de outros modos de ser, de sentir e de agir no mundo. O seu pensamento acerca do conceito constitui uma experiência interessante. Poderá ser produtiva na filosofia? A experiência filosófica não significa o recurso a conceitos apresentados por uma determinada teoria, mas remete para o formular novos problemas e criar novos conceitos destruindo as ideias feitas. Para Tozzi só quando a experiência é acompanhada da reflexão é que é conceptualizada.

De acordo com as normas do Programa de Filosofia para o ensino secundário, a aprendizagem de filosofia tem no ensino secundário o compromisso de criar parâmetros filosóficos que permitam aos alunos criar o seu próprio mundo e o seu próprio ser/personalidade de forma original e altruísta. A disciplina de filosofia pode ser a instrução de criação de conceitos que possibilitem o encontro com os seus problemas e questões. A exigência é enorme, é necessário que o docente de filosofia seja filósofo e que provoque e desperte o aluno para um mundo no qual se sinta livre para criar e para pensar originalmente (criar as suas próprias ideias). Langón diz:

“Importa-me aqui o Sócrates vivo, que não ensinava filosofia mas, filosofando, fazia filosofar.” (Langón, 2003, p.90)

Isto é, seguindo Sócrates, a filosofia, nomeadamente o agir do docente, deve preocupar-se com os alunos, promovendo a libertação da ignorância e do dogmatismo

conduzido pelo conformismo do dia-a-dia, suscitando-lhes o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente. Será possível? Não é uma utopia?

Para Izuzquiza (1982, p.27) é urgente que a filosofia proclame a sua independência. Para tal deve ter-se em conta os destinatários e as suas inquietações, ou seja, o docente deve ter em conta as questões dos alunos (e ao mesmo tempo criar problemas), deste modo contribuí para uma filosofia viva com problemas concretos e exequíveis respostas encontradas (ainda que provisórias) por meio da criação dos próprios conceitos - objeto do filósofo. O docente de filosofia tem a função de orientar coerentemente para um pensamento filosófico, organizar questões em torno de um problema filosófico, ler, escrever, investigar, dialogar principalmente avaliar filosoficamente na prática (é com a prática que podemos agir filosoficamente) e dar espaço à criação.

Todos os dias na sala de aula o docente é confrontado com o desafio didático de mostrar a filosofia como algo que faça sentido aos alunos. Para tal deve criar/recriar os materiais didáticos, é por isso que pretendemos abordar e investigar o pensamento, o alcance, a coerência e a relevância da proposta de Deleuze e Guattari servindo como guia, referencial teórico e metodologia para a preparação do referido material, pois o docente de filosofia tem o compromisso de desenvolver uma espécie de linha teórica que o oriente na lecionação (e preparação) dos conteúdos e metodologias da disciplina.

Creemos que a resposta à questão: *O que é a filosofia?* (título de uma das obras de Deleuze e Guattari), que levanta outras com igual importância e que conduz à especificidade da disciplina, é a solução para que o agir do docente seja o mais pertinente para os alunos. Grandes questões, que definem os elementos característicos da didática e compõem o seu conteúdo, se impõem ao docente de filosofia: Como ensinar filosofia? Para quem ensinar filosofia? Qual deve ser o papel do docente de filosofia? Dar aulas de filosofia ou de filosofar? O que ensinar? Para que serve?... Entre outras, mas que se resumem a uma só: O que é a filosofia? O docente deve ser radical e procurar a refutação/resposta na raiz do problema. Se realizar tal, conseguirá encontrar a especificidade da filosofia e conseqüentemente melhor saberá instruir os alunos, conseguindo desta forma igualmente favorecer os objetivos da disciplina. Por outras palavras, cremos que entender o que é a filosofia e a importância do conceito nos sistemas filosóficos, analisando a estrutura de criação conceptual, chegaremos à conclusão que o conceito tem sentido na medida que quem o formula, o pensa e o pronuncia pretende algo. Deve tratar-se o conceito como um exercício real da filosofia. O conceito não pode ser pensado como uma mera "curiosidade" linguística, trata-se antes, de ver no conceito uma espécie de *salvador* da linguagem filosófica que pretende transformar e reinventar o mundo onde tudo está em aberto. Por esta razão, passaremos a abordar a pedagogia do conceito como sendo o caminho para essa especificidade didática da filosofia no ensino secundário.

Capítulo II - Pedagogia do conceito

“A grandeza de uma filosofia avalia-se pela natureza dos acontecimentos a que os seus conceitos nos chamam, ou que ela nos torna capazes de libertar em conceitos.” (Deleuze e Guattari, 1992, p.35)

Através do tópico que anunciamos como Pedagogia do conceito, procuramos indagar sobre o pensamento de dois autores contemporâneos importantes: Deleuze e Cossutta. Pretendemos deliberar sobre uma metodologia de ensino da Filosofia baseada na exploração da ideia de Deleuze de uma Filosofia criadora de conceitos. À disciplina de filosofia, no ensino secundário, compete estudar os sistemas filosóficos, mas jamais limitar-se a isso. A ação do docente e aluno deve ser em direção a uma apropriação significativa, que envolva alguma capacidade de investigar a realidade e a própria filosofia, da própria filosofia e da realidade.

Esta posição vem criar dificuldades à filosofia como uma área de conhecimento que tem princípios, conceitos, modelos interpretativos e explicativos sobre o mundo. Qual deve ser o ponto de partida do docente? Deve ser o aluno e os seus problemas? A tradição filosófica e os seus filósofos devem ser um referencial e não o conteúdo. Entende-se que é muito importante que o estudante participe na sua própria aprendizagem. Nessa medida deve ser o docente a orientar e a mostrar diversos caminhos, através do estudo da história da filosofia e dos seus conceitos?

A presença da disciplina de filosofia nos currículos /programas do secundário mais do que se justifica pelo que anteriormente foi referido e também pelo modo de argumentação e de investigação que é praticado por ela. É claro que os conteúdos que são ensinados são importantes, mas não menos importantes são os métodos de ensino do saber filosófico.

Antes de avançar, convém esclarecer o que se entende etimologicamente, por pedagogia do conceito. A origem da palavra pedagogia deriva do grego antigo παιδαγωγία (transliterado *paidagōgeō*). De acordo com a Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura (1999, p.465) a Pedagogia:

“Define-se ciência e arte da educação. Há quem lhe recuse a designação de ciência, visto a educação ser uma actividade intencional e não um fenómeno

natural. Mas, se o acto educativo obedece a uma orientação prévia e voluntária, assenta em conhecimentos objectivos que o tornam mais adequado e eficiente: a ciência esclarece a acção, qualquer que seja o campo em que se exerce.”

Portanto, a pedagogia é a ciência cujo objetivo é a reflexão, a sistematização, ordenação, a crítica do processo educativo e reúne diferentes disciplinas, que podem ser agrupadas em três grupos: filosóficas, científicas e técnico-pedagógicas. Na Grécia clássica o pedagogo tinha a incumbência de acompanhar os alunos até à escola, era visto como um escravo. Presentemente o pedagogo é aquele profissional cuja formação é a Pedagogia/Ensino. Com o passar do tempo a Pedagogia foi ganhando notoriedade na medida que se afirmou como correlato da educação, sendo um facto social e estando ligada à origem da humanidade.

Retomando o tema da importância do conceito para a Filosofia surge Frédéric Cossutta que se apercebe de tal e leva a cabo um estudo sobre interpretação e estudo dos conceitos filosóficos. Por conseguinte, o conceito filosófico é:

“(…)um objecto do pensamento, construído na ordem da representação, pelo qual tentamos determinar, de modo unívoco e explícito, a significação que pretendemos dar às palavras, às coisas e à relação entre elas. É por isso que a conceptualização é uma das tarefas filosóficas essenciais.” (Cossutta, 1998, p. 62)

É um meio através do qual expressamos acontecimentos da nossa existência/realidade, estes acontecimentos apresentam-se como os problemas que temos de solucionar. Logo, como construir em sala de aula este objeto? Frédéric Cossutta descreve o conceito como participante de uma cena filosófica. Para ele, a cena filosófica é construída pelo autor, o qual utiliza diversos meios para enunciar a sua teoria; é construída por aqueles a quem se fala da teoria, e, por último, os aliados e inimigos da mesma teoria exposta presentes na história da filosofia. Pode pretender Cossutta que a função do docente seja a preparação das aulas tendo em conta esta cena filosófica? Para esta cena filosófica, que constitui a prática da filosofia, o autor, pressupõe a história da filosofia na medida em que elaboramos o nosso pensamento articulando com o pensamento de outros.

Nesta pedagogia de Cossutta, verdadeiramente muito próxima de uma didática, o aluno traz para a aula de filosofia problemas/situações em que utiliza o seu pensamento, mobiliza os mais diversos saberes para compreender e questionar a realidade e posteriormente construir conceitos de modo a servirem como instrumentos mentais que aplica em situações da sua vida prática.

Cossutta defende que para cada conceito que se quer ensinar é importante que o docente saiba que tipo de conceito se trata, quais são os seus componentes e qual é o problema que pretende resolver e a forma como resolve. Como já foi referido é preciso identificar conceitos e investigar problemas de natureza filosófica presentes na história da filosofia. São estes conceitos e problemas que auxiliem o aluno na construção dos conceitos

necessários para resolver os seus problemas, estimulando ao mesmo tempo, o pensar. Cossutta pormenoriza que para que o aluno perceba o exercício da prática filosófica o docente deve apresentar um conceito mostrando qual é o problema que resolve, e só depois propõe o aluno que represente os seus conceitos.

Para Deleuze:

“(...)o conceito não é dado, é criado, tem de ser criado(...)” (Deleuze, 1992, p.17)

A questão em Deleuze é: o que é um conceito filosófico? o conceito filosófico não equivale a uma ideia geral ou abstrata. O conceito, antes de mais, revela a sua peculiaridade no seu carácter de comunicabilidade. Um conceito revela-se por palavras, sendo perceptível ou inteligível aos outros.

Em Deleuze o conceito, é singular, todavia é formado por uma multiplicidade de componentes. Diz:

“É por isso que, desde Platão a Bergson, se encontra a ideia de que o conceito é uma questão de articulação(...)”(Deleuze, 1992, p.21)

Isto significa que o conceito é em relação a um outro. O conceito não é apenas um operador lógico, nem um universal, nem uma representação, não é uma opinião, mas antes uma forma de cortar, “*corte e recorte*” das ideias de outros sujeitos. Na visão de Deleuze, o conceito surge como uma aventura do pensamento, pois instaura um acontecimento que contribui para um novo sentido sobre a experiência do mundo. Compreende-se, assim, que o pensamento é um plano aberto, que tem vários eixos e espaços diversificados sendo neles que ele se move. Por tudo isto é que o conceito é, exclusivamente, filosófico.

Nesta medida, a reflexão de Deleuze é a seguinte:

“O filósofo do futuro é ao mesmo tempo o explorador dos velhos mundos, cumes e cavernas, e só cria à força de se lembrar de qualquer coisa que foi essencialmente esquecida.” (Deleuze, 1994, p.17)

O autor considera que qualquer conceito tem uma história. Um conceito remete para os mundos possíveis e os mundos possíveis, como diz o autor, têm história. Ainda que a história de todo o conceito com expressão do mundo seja “em ziguezague”. Logo, a história de qualquer conceito integra componentes de outros conceitos, criados para dar resposta a problemas que supõem, portanto planos e outros espaços. Em última análise:

“É inevitável porque cada conceito opera um novo corte, adquire novos contornos, tem de ser reactivado ou retalhado.” (Deleuze, 1992, p.23)

Com a história, o conceito apreende do acontecimento a sua própria encarnação ou a sua efetuação em componentes, fragmentos de situações, de ocorrências. Daí o

acontecimento, no seu devir, é encruzilhada de planos de conceitos e não sucessão de conceitos. Como escreve:

“Com efeito, todo o conceito, dado que tem um número finito de componentes, vai entroncar noutros conceitos, compostos de maneira diferente, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, respondem a problemas conexos, participam de uma co-criação.” (Deleuze, 1992, p.23)

O conceito filosófico, através da sua própria criação, constrói um acontecimento, uma entidade, por exemplo:

“(…)o acontecimento de Outrem ou o acontecimento do rosto(…)Ou o pássaro(…)”
(Deleuze, 1992, p.26)

Neste sentido, o conceito sobrevoa qualquer estado do vivido. Ele é acontecimento de pensamento, ele é ato de pensamento.

Em suma: um conceito em Deleuze apresenta as seguintes características básicas dos conceitos. É necessariamente assinado, cuja assinatura remete ao estilo filosófico de cada um. É uma multiplicidade, ou seja, é um todo fragmentado. É criado a partir de problemas, nunca é criado do nada. Tem uma história, o que quer dizer que alimenta-se de várias fontes e de outros conceitos. Retoma outros conceitos e põe outros conceitos. Suscita uma encruzilhada de problemas. Tem um começo heterogêneo e não dispõe de respostas absolutas a todas as perguntas mas compõe respostas possíveis com problemas. É um incorpóreo em que o que expressa é o acontecimento e não a sua essência. É devir, interessa-se pelas circunstâncias das coisas. É absoluto ou infinito e relativo ou fragmentado, em simultâneo, porque compendia uma possibilidade de resposta ao problema, mas relativo pela necessidade que tem de se refazer na sua natureza. Não é discursivo porque não encadeia proposições. Esta característica funciona como a sua pedagogia e a sua ontologia. É tendo em conta estas funções, que podemos dizer que o conceito em Deleuze é um acontecimento exclusivo da filosofia que é um dispositivo que é criado e que opera nas condições de pensamento para fazer pensar, no pensar.

Como se cria o conceito? No artigo *Ensi(g)nar Filosofia?* de Rui G.S. Dias ([cf. http://www.apfilosofia.org/](http://www.apfilosofia.org/)), a conceptualização designa a operação mediante a qual os conceitos são formados. Clarificando o que se entende por conceptualização, podemos declarar que é a transição das representações comuns ou noções vagas aos conceitos. Nela intervêm a observação das coisas, a discriminação das características que as distinguem umas das outras e a abstração do que têm em comum. A retenção das características comuns é a base do conceito. Os conceitos não serão generalidades, mas são singularidades. Para designar a sua existência usa-se um termo novo ou pode utilizar-se um conceito comum, conferindo-se a este um sentido singular. Por exemplo: o termo árvore remete para outros termos como folhas, tronco, ramos etc. Conceptualizar corresponde a elaborar, fixar e formar conceitos. Para os docentes significa ensinar a conceptualizar, ou seja, elaborar conceitos

filosóficos criados pela tradição filosófica ou pelos problemas do mundo que implicam uma abordagem filosófica.

Nas aulas de filosofia, inspirados por Deleuze, podemos dizer que os conceitos ditos “nucleares” de cada um dos temas apresentados no Programa de Filosofia devem passar por um processo de conceptualização, não podendo surgir, meramente, através da aplicação da competência da abstração. Devem sim surgir por si, do que podemos designar por conceção do conceito. Evidentemente que cabe ao docente a responsabilidade de apresentar aos alunos os conceitos, explicando-se o papel que os conceitos têm para responder a problemas e construir argumentos. Porque é preciso dizer que a conceptualização mantém uma relação transversal e complementar com a problematização e com a argumentação, definindo-se assim, a prática filosófica e o seu ensino. Cada conceito remete para um problema, em que o entendimento da sua resposta/solução implica o entendimento do problema. Apoiando tal ideia encontramos os objetivos gerais do Programa de Filosofia, nomeadamente os objetivos da conceptualização que declaram a importância da articulação problemas-argumentos-conceitos. Estes três processos definem a prática filosófica e o seu ensino. Esta articulação é como que uma condição essencial para que os alunos aprendam a especificidade da filosofia. Para os docentes esta articulação é uma condição essencial para o ensino da filosofia.

A crítica é outra importante competência do ensino da filosofia e do seu aprender no ensino secundário. No âmbito filosófico também tem o seu papel importante. Criticar é a capacidade de problematizar e elaborar escólios racionais, recorrendo a contradições e incoerências do pensar. Tem grande interesse do ponto de vista do expor um contra-argumento com rigor e consistência, por exemplo.

No ensino da disciplina de filosofia, nomeadamente nas metodologias de sala de aula, não se podem esquecer duas vertentes com igual importância: as finalidades/objetivos que se pretendem alcançar e a especificidade da filosofia.

A partir do conceito de crítica como crítica do estabelecido, pode pensar-se numa metodologia específica. Do género da que Platão apresenta na *Alegoria da Caverna*. Porque parece-nos, recorrendo à analogia, que é como se houvesse a necessidade de os prisioneiros se libertarem de aparências e refletirem sobre o que verdadeiramente conhecem e sabem.

Capítulo III - Uma possível didática do conceito

“A filosofia talvez não seja senão o resultado da tentativa realizada para superar as dificuldades lógicas com que se depara todo esforço de racionalidade conduzido pelos meios da linguagem.” (Cossutta, 2001, p.220)

Quando se reflete sobre a possível didática da filosofia são vários os aspetos a ter em conta: Lei de Bases do Sistema Educativo, Programa de Filosofia, docente, aluno, sala de aula, manual adotado, tempo de aulas, contexto escolar etc.

A didática (Neves Vicente, 2005, p.52) é descrita como um estudo que aborda o processo de ensino da filosofia combinando componentes, objetivos, conteúdos, métodos e atividades em aula de modo a acautelar-se uma aprendizagem relevante ao aluno. A didática da filosofia ocupa-se, por conseguinte, das condições e formas de concretizar o processo de ensino da filosofia. Ela, procura ser, nesta medida a teoria e a prática, simultaneamente, do processo de ensino. Neves Vicente (p.62) lembra que desde os diálogos socrático-platónicos que os momentos didáticos são o mote da reflexão filosófica.

A particularidade da didática em filosofia estará em dizer respeito à aprendizagem do pensar, por outras palavras, terá como compromisso auxiliar os alunos na sua construção como sujeitos de pensamento, logo, aptos a trabalhar conceitos, para dialogar, argumentar, comunicar ideias, abordar problemas suscitados pelos dilemas da vida do quotidiano.

Como afirma Libâneo (2002, p.4 e 5), o aluno tem uma aprendizagem quando é capaz de utilizar o próprio entendimento para compreender e intervir no mundo. Se o aluno teve uma aprendizagem de qualidade, segundo o autor, conseguirá desenvolver o seu próprio raciocínio, saberá lidar com os conceitos e estabelecer ligações com outros conceitos e consequentemente saberá aplicar o conhecimento em situações novas, quer sejam em contexto de sala de aula ou fora dela, expondo as suas ideias através dos seus próprios conceitos.

Esta aqui patente a necessidade de superação de um ensino ligado apenas à exposição dos conteúdos e a um uso do material didático exclusivamente como material informativo. Das palavras de Libâneo compreende-se que o que importa é o pensar e o relacionar conceitos

e sua aplicação ao mundo prático. Isto quer dizer que o processo ensino aprendizagem é o processo de construir uma prática a partir de uma teoria.

Em Macedo, por sua vez, pode ler-se:

“(O professor) faz a mediação, transforma os conceitos científicos em noções, conteúdos e imagens assimiláveis pelas crianças, levando em conta os limites de suas possibilidades cognitivas. (...)os professores trabalham para que as crianças entrem em contacto com suas próprias hipóteses, com suas formas de fazer e compreender as coisas. (...) problematizam essas formas, sistematizam os conhecimentos das crianças, trabalham para que entrem em contato com suas contradições...” (Macedo, 1994, p.58)

O que é que Macedo quer dizer? Nas suas palavras, o docente tem um papel ativo na aprendizagem do aluno. A consideração por parte do professor de decifração dos conceitos é fundamental. O possibilitar ao aluno a construção de ideias entre outros, conduz à aquisição de competências cognitivas de interpretação da realidade e igualmente a uma aprendizagem ativa e autónoma. A visão de M. Tozzi (Neves Vicente, 2005, p.37 e 38) defende como tese geral que o exercício do filosofar realizado pelo docente, ainda que perante o aluno, não irá garantir o mesmo por parte do aluno e por tal surge a necessidade da didatização da aprendizagem do filosofar. Por outras palavras, Tozzi argumenta que é fundamental a superação da distância entre o ato de filosofar por si, em diálogo consigo, pelo docente, mesmo que esteja perante os alunos, como uma espécie de modelo, e o ato de ensinar efetivamente a filosofar pelos alunos. O exemplo e as práticas do docente tendem a incentivar uma minoria de alunos, pois encontram-se lacunas linguísticas e culturais entre eles. Claro que nem tudo está perdido pois sempre se ativa a atitude filosófica por parte de alguns alunos, mas se queremos e defendemos o direito à filosofia para todos temos de superar tal distância. Esta é superada, segundo Tozzi, pela elaboração de mediações didáticas (realização de dispositivos, desenho de tarefas, construção de atividades, guiões de trabalho etc.) elaboradas pelo docente.

Os conceitos filosóficos são encarados pelos alunos como algo que os levará a entender o mundo, são uma espécie de auxílio. Caso contrário será aprendido para os momentos de avaliação e “esquecido”. Esta posição conduz assim a uma didática da filosofia meramente como um aglomerado de atividades que visa a superação dos conhecimentos dos alunos.

Colocando em prática esta definição de didática como elaboração de mediações, de atividades, realizadas na relação que se estabelece entre docente e aluno, na qual cabe ao primeiro dirigir, proporcionar meios de entendimento ao segundo. Para esta didática Tozzi defende o diálogo e principalmente a reflexão crítica filosófica. Não esquece o texto filosófico no processo de aprender/ensinar da filosofia, considera aliás que este constitui o lugar legítimo onde se pode aprender a racionalidade. Faz surgir o interesse de novo pela tradição filosófica através da análise cuidada. Não se trata de repetir o que a filosofia

sustentou, mas antes explorar os conceitos para problemas da realidade que muda conforme a reestruturação do mundo.

O texto e os seus conceitos contextualizados devem servir de mediadores ao exercício filosófico. Claro que o trabalho com texto não se restringe jamais ao trabalho sobre os textos, ou seja, o que se deve trabalhar são os problemas, as teorias, os conceitos e os argumentos filosóficos que os textos difundem. Na visão de Cossutta o texto da filosofia:

“(…)é um todo que se engendra e se desfaz, aberta ao mundo e ao sentido, mas igualmente redobrada sobre o universo que ela gera. É um conjunto móvel, animado por um movimento interno, que desenrola um feixe de virtualidades discursivas segundo regras e modalidades que podemos explicitar e analisar.”.
(Cossutta, 2001, p.6)

Por isso surge a dificuldade de compreender o que é um texto filosófico, pois existem muitos textos filosóficos. Cossutta diz-nos que perante tal complexidade o que há a fazer é enunciar regras claras para uma leitura filosófica:

“Trata-se de explicitar as regras de funcionamento que ligam os conceitos, as proposições, as argumentações, seja a partir das indicações, pistas, proposições explicitadas no próprio texto por seu autor, seja do exterior, quando nós mesmos fazemos com que esses diferentes parâmetros variem.” (Cossutta, 2001, p.7)

Logo, a leitura e interpretação dos textos filosóficos é uma orientação didática importante para a didática do conceito. Portanto é através do texto escrito que a filosofia acede à sua cientificidade própria.

Claro que para Deleuze (2003, p.229) a história não nos diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de prorrogar. Os escritos dos filósofos anteriores são o que nos separa de nós próprios. Ao mesmo tempo são o que se pretende transpor e atravessar para que surja o pensamento e a atitude do pensar por si mesmo. Entende-se das palavras de Deleuze que as ideias e pensamentos históricos só interessam porque anunciam aquilo de que saímos, aquilo com o qual vamos romper para encontrar novas formas de expressão. À que ter em conta que a História da Filosofia não deve ser tratada como um saber enciclopédico, mas deve-se recorrer e valorizar os textos filosóficos e tratá-los didaticamente (dominando o tema, problema, tese, argumentos etc.).

Ao contrário do que tradicionalmente se defendia - a aceitação passiva do sentido originário do texto - Cossutta (2001, p.11/14) propõe que o leitor, neste caso o aluno, tenha um papel ativo de intervenção e prática perante o texto. É essencial a articulação entre as experiências e capacidades intelectuais do aluno com os conteúdos abordar e respetivos procedimentos (formulação de conceitos, sistematização das ideias, organização de diálogo filosófico). Ao iniciar a leitura de um texto o aluno depara-se também com expressões que é fundamental compreender, porque cada filósofo tem a sua própria escrita (reinventa a sua própria linguagem). Portanto entende-se que o texto tem uma função didática e uma função

pedagógica. Na função didática o filósofo pretende fazer-se compreender pois explica. A função pedagógica visa transformar o pensamento do leitor, isto é, visa a adesão do leitor à doutrina defendida pelo autor.

Em Cossutta (2011, capítulo IV, *et passim*) encontramos a ideia de que texto filosófico deve ser olhado não somente como o depósito das ideias de determinado filósofo mas o mais importante é o espaço privilegiado onde as ideias tomam o seu sentido próprio (efetivação). Assim sendo deve-se recorrer a conhecimentos anteriores estabelecendo relações entre os conceitos que já conhece e os que agora surgem (identificação, reconhecimento, explicitação, semântica e descrição). Perante um texto temos de analisar as grandes funções textuais (conceptualizações, metáforas e exemplos, teses e argumentações, redundâncias).

Para Cossutta a metáfora no texto filosófico apresenta uma função importante, que tem de ser analisada com rigor e clareza, pois possibilita a renovação. Para ele o uso metafórico da linguagem é muitas vezes olhado pelos filósofos com receio porque a origem da metáfora remete para a rejeição do mito, nas suas palavras:

“Haveria uma antinomia original entre o esforço filosófico de inteligibilidade e o peso concreto da imagem que veicularia a ignorância e a irracionalidade.”
(Cossutta, 2001, p.99)

Apesar disso, vale-se também dos filósofos tradicionais para apresentar a impossibilidade de um *pensamento puro* e livre das metáforas. As metáforas, alegorias, analogias, imagens, comparações constroem-se sob o mesmo princípio o que causa problemas no interior da complexidade do texto. Portanto, a relação estabelecida entre o conceito e imagem é complexa para o autor, isto porque o filósofo por um lado não pode eliminá-las mas por outro lado deve também manter-se alerta com a sua multiplicação, que é um risco de destruição interna para a filosofia. Para o autor a análise exploratória do texto pressupõe o exame das metáforas e a compreensão das regras que orientam o seu uso, de modo a classificá-las e descrevê-las. Contudo as metáforas utilizadas no texto filosófico encontram-se “engajadas no coração da doutrina” (Cossutta, 2001, p.118). Através desta ideia, o autor, alerta para importância do uso da metáfora, que é sempre filosoficamente determinado, e que constitui um passo indispensável da análise.

Cossutta é apologista que, por vezes, a metáfora pode ter a função mediadora intradiscursiva e neste caso a dominância não seria metafórica. Assim sendo encaminhar-se-ia a função da metáfora para funções pedagógicas ou funções ornamentais e persuasivas. Contudo, a metáfora também pode ter a função de mediação extradiscursiva ou desintegradora do discurso:

“Quando, ao contrário, é impossível substituir, apagar, traduzir e, por outro lado, os critérios de importância se unem para dar à metáfora um papel privilegiado, esta não é mais uma mediação interna no desdobramento de uma doutrina na escrita; ela provoca uma ruptura do encadeamento discursivo e indica regiões de

ser ou formas de experiência inacessíveis por outros meios. (...) A metáfora não é nem um desvio interno nem uma ruptura, não combina com a língua empregada pelo filósofo nem com a construção do espaço da “dóxa”, mas constitui um momento indispensável da análise.” (Cossutta, 2001, pp.124 e 125)

É importantíssimo que se pratique a análise dos textos filosóficos nas aulas de filosofia, onde se interprete e compreenda o pensamento conceptual dos filósofos que recorrem, por vezes, às metáforas como meio de expor o seu pensamento.

De acordo com Neves Vicente (2005, p.162), no que concerne ao estatuto e função dos textos no ensino da filosofia, diz-nos que alguns textos são lidos como meio de motivação para abordar determinado tema. Por exemplo: um poema, uma notícia, um comentário jornalístico etc. A outros textos recorre-se como meio de informação, nomeadamente, a entrada de um dicionário filosófico, enciclopédia, páginas de uma história da filosofia entre outros. Por fim os *textos-argumento* nos quais encontramos uma tese, uma posição defendida por determinado autor. É para este último que vai a nossa atenção, pois torna-se imperial encontrar modelos, propostas, guiões que auxiliem o aluno na análise e comentário, de modo a que com o tempo, o aluno encontre por si próprio o esquema mais adequado e ultrapasse os guiões cedidos pelos docentes. O texto filosófico é primordial e indispensável para o ensino da filosofia no secundário. A diversidade de textos filosóficos abre caminho para a interrogação, para o diálogo que permite ao aluno ampliar a consciência metacognitiva da sua aprendizagem.

Assim como é importante o diálogo e a crítica em filosofia também é importante a leitura filosófica. Esta caracteriza-se pela procura de fundamentos, investiga o real sentido dos argumentos e dos conceitos apresentados no texto. De acordo com os estudos gerais de P. Freire a leitura filosófica não pode ser mecânica nem desinteressada, pois se for bem realizada é meio caminho para a compreensão.

Tanto o questionar, o criticar, o investigar, o refletir, o debater, são faces da mesma moeda que é a leitura filosófica. Ler um texto filosófico é muito mais do que apenas adquirir informação. A leitura pressupõe a reapropriação do leitor dos sistemas de atos que o originam tornando exequível o aprender a pensar (pensamos através e com palavras/conceitos). Assim sendo, Cossutta (2001, p.1/10) explica que na leitura de um texto podemos reapropriar-nos dos sistemas de pensamento, podemos reconhecemo-nos neles e até criar um novo universo de sentido. Ler e entender não se implicam. Nem todos que leem entendem o texto, as palavras do autor. Claro que entender/compreender não pressupõe que tenhamos de falar/escrever como o autor. Compreender a leitura filosófica, segundo as palavras de Cossutta, é ter a capacidade de pronunciarmo-nos com clareza e precisão sobre o tema que o autor abordou. A leitura filosófica pode ser uma estratégia para os debates que conduzem à participação dos alunos.

Impõe-se a questão: porquê praticar a leitura? Para Laércio R. Santos, no artigo “Aprendizagem filosófica: potências da leitura e escrita” (cf. Revista Electrónica Frontistes, in: www.fapas.edu.br/frontistes/artigos/Artigo%2003.doc) a leitura amplia o conhecimento e

desenvolve raciocínios, relaciona o aluno com o mundo que o rodeia, quer a nível escolar, profissional ou pessoal. Coloca o leitor, neste caso o aluno, num constante vai e vem perante o texto. Ler é produzir novos pensamentos, sentidos e até criar novos conceitos capazes de movimentos intelectuais. A leitura e a análise textual são propícias a atitude de reflexão e desenvolvem a aptidão de pensar. A leitura é um processo que contende à reflexão e consequente interpretação. Com tal atitude o aluno desenvolve a sua consciência crítica em detrimento da submissão e da passividade perante o saber filosófico. Ao ler o aluno irá encontrar os conceitos e criar outros estabelecendo a codificação de novos conhecimentos. Das palavras de Laércio, podemos deduzir que, o docente de filosofia para poder transmitir aos alunos a importância da leitura, tem também ele de ter uma prática de leitura, pois nada melhor que ensinar através do próprio exemplo. Ler e gostar são atitudes salutares no estudar do aluno (e do docente). A escola particularmente a disciplina de filosofia tem a função de despertar este gosto nos alunos para que possa pensar criticamente e selecionar informações. De outro modo o aluno irá apenas memorizar conteúdos. É urgente que o aluno compreenda o que ouve e o que faz e os relacione. A dedicação à leitura filosófica é o caminho para a autonomia intelectual que se pauta pela segurança daquilo que se está a dialogar com o outro, permitindo a sua fundamentação rigorosa, sem falácias.

Partindo das ideias defendidas, e aqui apresentadas, do pensamento de Laércio, surgem algumas questões: Como ler os textos filosóficos? Porque é importante lermos, praticar a leitura de textos filosóficos? Para realizarmos uma leitura apropriada de um texto filosófico é preciso, como anteriormente se referiu, segundo Cossutta (2001, p. 7) explicitar as regras de funcionamento que ligam os conceitos, as proposições, as argumentações. Por isso, deve-se ler e reler constantemente o texto para encontrar a estrutura global e a dinâmica textual. Contudo não podemos esquecer que a simples e pura leitura não basta, à que analisá-los e interpretá-los, ou seja, questioná-los e conceptualizá-los. O mais importante não é que haja mais do que uma leitura mas sim que haja uma leitura filosófica do texto, segundo o Programa de Filosofia.

Para além da proposta para a leitura e interpretação dos textos filosóficos de Cossutta existem muitas outras propostas. A sua referência neste estudo deve-se a semelhança, identificação e coerência com as competências enunciadas nas Orientações para a lecionação do Programa de Filosofia.

Por tudo aquilo que foi exposto até aqui podemos concluir que, a leitura filosófica no ensino secundário é aquela que subentende não apenas a leitura de um texto mas mais ainda a sua interpretação, compreensão, debate, discussão e circulação de ideias. O docente poderá seguir várias estratégias para atingir o objetivo da compreensão do texto: contextualizar o texto e o autor - histórico e filosófico -, atribuir significado às palavras novas no texto, retirar as ideias principais, encontrar os conceitos específicos, elaborar mapas conceptuais entre outros. O que não podemos esquecer é que seja qual for a estratégia utilizada pelo docente o aluno deve ser autónomo na busca dos seus próprios conceitos e que tal como os docentes são distintos no modo de ensinar também os alunos o são na forma de aprender.

Independentemente das estratégias utilizadas pelo docente quanto à metodologia de interpretação e compreensão de textos, a interpretação implica o questionamento do texto. Para Neves Vicente (2005, p.163) as tarefas de análise metódica de um texto/discurso são as seguintes: análise das articulações lógico-sintáticas de um texto/discurso, prestando atenção aos conectores; análise das articulações lógico-argumentativas de um texto/discurso, dando conta do percurso e da estrutura argumentativa, prestando atenção aos conectores argumentativos; identificação do tema/problema filosófico (subjacente ao texto, de forma explícita ou implícita); identificação da(s) resposta(s) ao tema/problema, ou seja, da(s) tese(s) que defende ou contraria; levantamento do (s) argumento(s): conclusão/tese e premissas; levantamento das objeções (explícita ou implícitas) que admite e que refuta (ou não); levantamento das concessões que faz e a que dá(ou não) resposta; levantamento dos conceitos nucleares sobre que assenta o texto/discurso; apreciação das relações entre os conceitos (oposição, inclusão, exclusão...). A interpretação de textos deve visar a competência de criação de novos conceitos e a construção dos próprios textos pelo aluno.

Não existe um método universal para se poder aplicar a todos os textos, pois existem os limites da linguística. Todavia, para Cossutta (2001, p.5 e 6), podem organizar-se algumas ideias que se devem ter em conta aquando a interpretação do texto filosófico, apesar da diversidade dos géneros, contextos dos modos de exposição entre outros, para que tornemo-lo o mais possível objetivo. Assim como cada filósofo ao escrever é influenciado por múltiplos fatores, o texto também é disposto a um determinado leitor.

Em suma: cremos que a didática apropriada para o ensino da filosofia engloba o uso do texto filosófico na sala de aula justificado pela pedagogia do conceito, dos conceitos expressos no texto e pela possibilidade de criação dos próprios conceitos pelos alunos na aplicação e desenlace dos seus problemas.

Em seguida, apresentamos uma proposta de como a conceptualização e o texto podem ser tratados nas aulas de filosofia. Não há unanimidade no método a utilizar na análise de textos, mas sim um ramalhete de caminhos que podem ser percorridos, este exemplo é somente mais um, mas o qual pensamos ser o mais adequado. Este tratamento relaciona-se precisamente com a problemática do processo de transposição didática, ou seja, relaciona-se com aquilo que o docente considerar ou não como algo necessário para ensinar Filosofia, se vê a filosofia como um saber que possui uma nomenclatura e conceptualização característica e muito própria.

Capítulo IV - Proposta didática

“Um pensamento forçado a pensar, impulsivo, compulsivo, impessoal e neutro. Esse, sim, é um pensamento criativo e criador.” (Deleuze e Guattari, 2007, p.16)

Segundo o Programa de Filosofia, o objetivo do ensino da filosofia no secundário passa pelo desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos através dos conteúdos programáticos apresentados pelo Ministério da Educação. Na Lei de Bases do Sistema Educativo constam os princípios estruturadores do sistema educativo, sendo que esta é também a primeira referência institucional para o enquadramento da filosofia no ensino em Portugal. Designadamente a Lei nº46/86, artigo 9º (objetivos do ensino secundário) ao mencionar que o ensino secundário deve “*Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística (...) que constitua suporte cognitivo e metodológico apropriado(...) para a inserção na vida ativa*”. Portanto, nenhuma área do saber conduzirá melhor a concretização destes objetivos que a filosofia.

Nas Orientações para a lecionação do Programa de Filosofia, um dos objetivos gerais enuncia que os alunos devem iniciar as competências de análise e interpretação de textos e a composição filosófica a partir dos seguintes pontos:

- Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, a (s) tese(s) que defende ou a (s) resposta(s) que dá, as teses ou respostas que contraria ou as teses ou respostas que explicitamente refuta;
- Analisar a conceptualidade sobre a qual assenta um texto, identificando os termos ou conceitos nucleares do texto, explicitando o seu significado e as suas articulações;
- Analisar a estrutura lógico - argumentativa de um texto, pesquisando os argumentos, dando conta do percurso argumentativo, explorando possíveis objeções e refutações;

- Confrontar as teses e a argumentação de um texto com teses e argumentos alternativos;
- Assumir posição pessoal relativamente às teses e aos argumentos em confronto;
- Redigir composições de análise e de interpretação de textos que incidam sobre temas/problemas do programa efetivamente desenvolvidos nas aulas;
- Desenvolver, segundo planos/guiões ou modelos simples, temas/problemas programáticos, que tenham sido objeto de abordagem nas aulas.

A proposta que apresentamos a seguir é tributária da experiência profissional e dos exercícios de conceptualização, problematização e argumentação apresentados por Tozzi, divulgados entre nós por Neves Vicente (2005, p.164 e 165). No que lemos sobre os exercícios de Tozzi, eles têm em conta ideias fundamentais tais como: a importância das mediações didáticas (diapositivos didáticos, recursos e instrumentos); interpretando o filosofar como um processo de pensamento racional que deve englobar as difíceis operações intelectuais - a conceptualização, a problematização e a argumentação - para efeitos didáticos, mas introduzidas gradualmente ao longo da leção dos conteúdos, pois não devem ser confinadas a uma só unidade didática; e por último, mas não menos importante, a ideia de que a conceptualização, a problematização e a argumentação devem debruçar-se sobre o trabalho de texto escrito (leitura e produção), porque, como já foi referido anteriormente, é através do discurso escrito que a filosofia acede à sua cientificidade própria e consequentemente à conceptualidade.

A conceptualização dessa conceptualidade pode ser trabalhada entre outras formas: em análise de texto, esquemas, mapas e redes conceptuais entre tantas outras formas. Porém, convém distinguir bem esquemas, mapas e redes, pois podem parecer sinónimos. Para Neves Vicente (2005, p. 303) os esquemas conceptuais obedecem mais a uma lógica epistemológica (os esquemas podem ser meios importantíssimos para estruturar um determinado tema/problema: posições, teorias, conceitos); os mapas conceptuais obedecem antes a uma lógica pedagógica ou de ação, indicando percursos de aprendizagem a seguir; e as redes conceptuais ou redes semânticas visam assinalar a pertença de um conceito a uma classe de conceitos unidos pela sua significação.

De acordo com o Programa de Filosofia, (especificamente os Objetivos gerais, alínea C - no domínio das competências, métodos e instrumentos, ponto 2 e 3) e respetivas orientações para a leção (2005), apresentamos uma proposta de trabalho que envolve os conteúdos apresentados anteriormente, dando especial ênfase ao conceptualizar e à reflexão. Considera-se que a conceptualização poderá fazer compreender, analisar, debater/discursar, refletir e redigir filosoficamente uma composição.

Segundo J. Neves Vicente (2005, p.188), seja qual for a escolha, o método a utilizar no processo ensino-aprendizagem será sempre controverso. Sejam quais forem os critérios de escolha, estes não se podem reduzir, meramente, a critérios de eficácia, devem ter em conta também as competências, finalidades e valores.

Plano de aula

Escola Secundária xxxx

Plano de aula

Ano letivo xxxx

10º ano - Turma X - Curso xxxxx

Unidade didática I: Módulo Inicial - Iniciação à atividade filosófica

Subunidade: Abordagem introdutória à filosofia e ao filosofar

Tema: Caracterização da filosofia: a filosofia como atitude

Objetivos (Aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos, nesta aula)

Objetivos gerais:

- Apropriar-se progressivamente da especificidade conceptual da filosofia.
- Reconhecer o contributo específico da filosofia para o desenvolvimento de um pensamento coerente, metódico e crítico.
- Promover hábitos e atitudes fundamentais ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.
- Desenvolver um quadro coerente e fundamentado de valores.
- Identificação de conceitos através da leitura e comentário de texto.

Objetivos específicos:

Dominar o vocabulário filosófico relacionado com o tema.

Conhecer as características fundamentais da atividade filosófica.

Compreender o valor e a utilidade do conceito filosófico para a própria reflexão filosófica.

Conteúdos a abordar

1. Abordagem introdutória à filosofia e ao filosofar.

- A filosofia como atitude: as redes conceptuais.
- Como se caracteriza a atitude interrogativa?
- Como se caracteriza a atitude crítica?

Momentos/fases da aula (Estratégias a implementar)

- Diálogo orientado com os alunos para introdução do tema da aula.
- Direcionar perguntas para manter a turma concentrada.
- Leitura e análise do texto.
- Listagem de vários conceitos.
- Exploração de conceitos presentes no texto.
- Trabalho individual: composição escrita sobre dois pares de conceitos encontrados na *Alegoria da Caverna* (exemplo: realidade/ilusão; ignorância/conhecimento).
- Síntese da aula.

(*Recursos:* o trabalho de registar e definir conceitos será feito em grupo, através da investigação em dicionários filosóficos na Biblioteca escolar. Todas as outras atividades serão realizadas individualmente com o apoio do docente.)

Avaliação (Como se vai avaliar/monitorizar o que os alunos aprenderam na aula)

Avaliação contínua:

- Participação na aula e qualidade da mesma.

Avaliação formativa:

- Predisposição à participação na aula: leitura, participação oral etc...Participação no plano de análise do texto.

Avaliação Sumativa:

- Utilização dos conceitos lecionados e qualidade da participação oral.

Material didático

Escola Secundária xxxxx	Unidade I: Módulo Inicial – Iniciação à atividade filosófica
Filosofia	Subunidade: Abordagem introdutória à filosofia e ao filosofar
10ºano	Tema: A dimensão discursiva do trabalho filosófico
Ano letivo xxxx	Texto A

Nome: _____ Data: _____

A ALEGORIA DA CAVERNA

“Suponhamos uns homens numa habitação subterrânea em forma de caverna, com uma entrada aberta para a luz, que se estende a todo o comprimento dessa gruta. Estão lá dentro desde a infância, algemados de pernas e pescoços, de tal maneira que só lhes é dado permanecer no mesmo lugar e olhar para a frente; são incapazes de voltar a cabeça, por causa dos grilhões; serve-lhes de iluminação um fogo que se queima ao longe, numa eminência, por detrás deles: entre a fogueira e os prisioneiros há um caminho ascendente, ao longo do qual se construiu um pequeno muro, no género dos tapumes que os homens dos “robertos” colocam diante do público, para mostrarem as suas habilidades por cima deles.

- Estou a ver – disse ele.

- Visiona também, ao longo deste muro, homens que transportam toda a espécie de objetos, que o ultrapassam: estatuetas de homens e de animais, de pedra e de madeira, de toda a espécie de labor; como é natural, dos que os transportam, uns falam, outros seguem calados.

- Estranho quadro e estranhos prisioneiros são esses de que tu falas – observou ele.

- Semelhantes nós – continuei -. Em primeiro lugar, pensas que, nestas condições, eles tenham visto, de si mesmos e dos outros, algo mais que as sombras projectadas pelo fogo na parede oposta da caverna?

- Como não – respondeu ele -, se são forçados a manter a cabeça imóvel toda a vida?

- E os objectos transportados? Não se passa o mesmo com eles?

- Sem dúvida.

- Então, se eles fossem capazes de conversar uns com os outros, não te parece que eles julgariam estar a nomear objetos reais, quando designavam o que viam?

- É forçoso.

- E se a prisão tivesse também um eco na parede do fundo? Quando algum dos transeuntes falasse, não te parece que eles não julgariam outra coisa, senão que era a voz da sombra que passava?

- Por Zeus, que sim!

- De qualquer modo – afirmei – pessoas nessas condições pensariam que a sombra dos objectos era a verdade.

- É absolutamente forçoso – disse ele.

- Considera pois – continuei – o que aconteceria se eles fossem soltos das cadeias e curados da sua ignorância, a ver se, regressados à sua natureza, as coisas se passavam deste modo. Logo que alguém soltasse um deles, e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o encandeamento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via de outrora. Que julgas tu que ele diria, se alguém lhe afirmasse que até então só vira coisas vãs, ao passo que agora estava mais perto da realidade e via de verdade, voltado para objectos mais reais? E se ainda, mostrando-lhe cada um desses objectos que passavam, o forçassem com perguntas a dizer o que era? Não te parece que ele se veria em dificuldades e suporia que os objetos vistos outrora eram mais autênticos do que os que agora lhe mostravam?

- Muito mais – afirmou.

- Portanto, se alguém o forçasse a olhar para a própria luz, doer-lhe-iam os olhos e voltar-se-ia, para buscar refúgio junto dos objetos para os quais podia olhar, e julgaria ainda que estes eram na verdade mais nítidos do que os que lhe mostravam?

- Seria assim – disse ele.

- E se o arrancassem dali à força e o fizessem subir o caminho rude e íngreme, e não o deixassem fugir antes de o arrastarem até à luz do sol, não seria natural que ele se doesse e agastasse, por ser assim arrastado, e, depois de

chegar à luz, com os olhos encadeados, nem sequer pudesse ver nada daquilo que agora dizemos serem os verdadeiros objectos?

- Não poderia, de facto, pelo menos de repente.
- Precisava de se habituar, julgo eu, se quisesse ver o mundo superior [que está fora da caverna]. Em primeiro lugar, olharia mais facilmente para as sombras, depois disso, para as imagens dos homens e dos outros objectos, reflectidos na água, e, por último, para os próprios objectos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua, mais facilmente do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia.

- Pois!

- Finalmente, julgo eu, seria capaz de olhar para o Sol e de o contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas ele mesmo no seu lugar.

- Necessariamente.

- Depois já compreenderia, acerca do Sol, que é ele que causa as estações e os anos e que tudo dirige no mundo visível, e que é o responsável por tudo aquilo de que eles viam um arremedo [no interior da caverna].

- É evidente que depois chegaria a essas conclusões.

- E então? Quando ele se lembrasse da sua primitiva habitação, e do “saber” que lá possuía, dos seus companheiros de prisão desse tempo, não crês que ele se regozijaria com a mudança e deploraria os outros?

- Com certeza.

- E as honras e elogios, se alguns tinham então entre si, ou prémios para o que distinguissem com mais agudeza os objectos que passavam, e se lembrasse melhor quais os que costumavam passar em primeiro lugar e quais em último, ou os que seguiam juntos, e àquele que dentre eles fosse mais hábil em predizer o que ia acontecer – parece-te que ele [que havia sido libertado] teria saudades ou inveja das honrarias e poder que havia entre eles, ou que experimentaria os mesmos sentimentos que em Homero, e seria seu intenso desejo “servir junto de um homem pobre, como servo de gleba” e antes sofrer tudo do que regressar àquelas ilusões e viver daquele modo?

- Suponho que seria assim – respondeu – que ele sofreria tudo, de preferência a viver daquela maneira.

- Imagina ainda o seguinte – prossegui eu. – Se um homem nessas condições descesse de novo para o seu antigo posto, não teria os olhos cheios de trevas, ao regressar subitamente da luz do Sol?

- Com certeza.

- E se lhes fosse necessário julgar daquelas sombras em competição com os que tinham estado sempre prisioneiros, no período em que ainda estava ofuscado, antes de adaptar a vista – e o tempo de se habituar não seria pouco – acaso não causaria o riso, e não diriam dele que, por ter subido ao mundo superior estragara a vista, e que não valia a pena tentar a ascensão? E a quem tentasse soltá-los e conduzi-los até cima, se pudessem agarrá-lo e matá-lo, não o matariam?

- Matariam, sem dúvida – confirmou ele.”

Platão, *República*, 514a-517a, Ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa (texto adaptado)

Observações:

Plano de exploração conceptual e de análise da *Alegoria da Caverna*

1. Estabelecer o objetivo/tema do texto.
2. Definir a metodologia seguida:
 - a) Registrar e definir os conceitos.
 - b) Dispor os conceitos por pares de contrários.
3. Identificar os problemas filosóficos presentes no texto.
4. Elaborar uma composição filosófica após ter analisado os conceitos contidos na *Alegoria da Caverna*. Preste atenção à construção do seu discurso, pois deve escolher com cautela os conceitos e estruturar bem os argumentos que apresentar.

Análise crítica - exploração - da *Alegoria da Caverna*

Alegoria - É uma representação figurativa, quase sempre sob a forma humana, de uma proeza, de uma virtude ou ser abstrato, que nos é apresentada como ficção, com o objetivo de tornar mais acessível a mensagem.

1. Tema:

É a condição humana e o modo como se desenrola a sua existência. Platão expressa nesta alegoria a sua concepção acerca da vivência dos homens comuns (os prisioneiros) que se caracteriza por um estado de inconsciência e de ignorância do verdadeiro conhecimento, enquanto uma minoria consegue com grande esforço (educação gradual) libertar-se e aceder à Sabedoria através da Filosofia.

Objetivo: tentar tornar os seus leitores conscientes da situação existencial em que se encontram.

2. Metodologias seguida:

a) **Conceitos** (exercício de conceptualização)

Primeiro momento - descrição da situação

Imagens	Conceitos
A caverna	O mundo sensível (o reino da opinião)
Os prisioneiros da caverna	Condição humana
Trevas	Ignorância
Confusão sombras/objetos	Indistinção aparência/realidade

Segundo momento - problematização da situação

Imagens	Conceitos
Dificuldade de olhar para a luz e os objetos	Resistência à mudança (força dos hábitos adquiridos)
Dificuldade do despertar e resistência dos prisioneiros	Poder de conformismo
Etapas de ascensão até ao mundo exterior	Libertação (progressiva eliminação dos preconceitos)
Espanto dos prisioneiros ao descobrir o mundo exterior	Espanto filosófico

Terceiro momento - resolução dos problemas sugeridos pela situação

Imagens	Conceitos
Contemplação da luz do Sol	Conhecimento da verdadeira realidade
Comparação do mundo exterior com a vida na caverna	Trabalho de análise
Tomada de consciência da situação vivida na caverna	Consciência/mudança no modo de ser
O regresso do filósofo à caverna/o partilhar da descoberta	Amor/dever do sábio
Perigosidade de falar a verdade	Risco do filósofo
Dificuldade de viver de novo nas trevas	O sofrimento voluntário do sábio

Para ajudar a compreensão, o autor apresenta uma hierarquização valorativa dos conceitos, é uma técnica dicotômica para agrupar os conceitos e construir os argumentos, que se podem agrupar em dois grupos:

1º Grupo - Conceitos valorizados negativamente: prisão, Ignorância, Trevas, Ilusão, Resistência

2º Grupo - conceitos valorizados positivamente: Libertação, Busca do conhecimento, Dificuldade da aprendizagem, Conhecimento, Luz, Realidade, Partilha

b) Seguidamente constitui grupos de pares de contrários:

Ignorância/conhecimento

Trevas/ luz

Ilusão /realidade

Resistência/flexibilidade

Prisão/liberdade

Imobilismo/ caminhada para o saber

Os argumentos (hipotéticos):

- Vivemos acorrentados nas trevas/ ignorância, não temos experiência de outros modos de ver a nossa existência.
- Para nos libertarmos precisamos de ser despertados por outro que já se tenham libertado.
- Porque não temos consciência da nossa ignorância, resistimos à mudança, no entanto a mudança é possível.
- O processo de libertação é, simultaneamente auto consciencialização e de busca do conhecimento.

A condição humana é caracterizada pela ignorância, é preciso esforço para alcançar o conhecimento e liberdade. O que é próprio da autêntica condição humana não é a ignorância

(igual à escuridão da Caverna), mas o conhecimento. A alegoria apresenta um quadro da existência humana caracterizado pelo imobilismo, pela ilusão e pela inconsciência; os seres humanos vivem acorrentados à sua própria ignorância e vítimas dos seus preconceitos. Mas podem libertar-se dessa situação se fizerem o esforço necessário para alcançar o conhecimento.

3. Problemas filosóficos:

Que é o conhecimento?

O que é a realidade?

Que é o ser humano?

Será que conhecemos verdadeiramente?

O que é a liberdade?

São os seres humanos livres?

Qual o sentido da existência?

Fonte: plano elaborado com base nas sugestões apresentadas no manual *Pensar azul* do 10º ano, de Fátima Alves, José Carvalho, p.25/29

Esta proposta tem como objetivo estimular os alunos para a atividade filosófica, em que eles participem ativamente e dinamicamente, sem perder o rigor que o conhecimento filosófico exige. É certo que existem muitos mais métodos filosóficos, podemos até admitir que existe um método para cada filósofo. A preferência por este, em detrimento de outros, prende-se com o objetivo final de que a sua aplicação é mais eficaz para compreender termos, enunciados, ligações e expressões que conduzem à criação conceptual.

A aplicação da presente proposta à sala de aula possibilita a transformação de noções vagas por novos conceitos. Por exemplo, o conceito filosófico de aparência tem de ser trabalhado e analisado em situações e contextos particulares onde é utilizado. Pode-se começar a partir do texto da *Alegoria* e o docente induzir de maneira gradual para a interrogatividade da vida quotidiana do aluno. De maneira a que se possa formular novos problemas em vez de se repetirem mecanicamente soluções. O que vai permitir elucidar os alunos sobre o alcance dos problemas e dos conceitos que lhe subjazem, permitindo também a criação de novos conceitos e a redescoberta de novas formas de compreender as experiências quotidianas.

Capítulo V - O horizonte da educação filosófica

“Acho que na sociedade actual nos falta filosofia. Filosofia como espaço, lugar(...)que pode não ter um objetivo determinado , como a ciência, que avança para satisfazer objectivos. Falta-nos reflexão, pensar, precisamos do trabalho de pensar, e parece-me que, sem ideias, não vamos a parte nenhuma”.

(José Saramago, 2010)

O ensino da filosofia no ensino secundário, na visão de J. Neves Vicente, pode ser perspectivado tendo em conta a sua possível contribuição para a constituição da cidadania, a evolução moral individual e a evolução político - social. Neves Vicente expressa esta ideia é expressa nas seguintes palavras:

“O que é que na herança de 2500 anos de filosofia e na atualidade da investigação filosófica contemporânea pode contribuir mais e melhor para a formação de um espírito crítico, para o aperfeiçoamento das capacidades de reflexão, para o desenvolvimento de um juízo autónomo; no fundo, para a construção de uma cultura que seja instrumento de inteligibilidade do mundo que nos envolve e da sociedade em que convivemos?” (Neves Vicente, 2005, p.12)

Para construirmos uma sociedade justa temos de começar por nos construirmos a nós primeiro, ou seja, reaprender a viver e a ser de outra forma. Por outras palavras, temos de evoluir no sentido do autoconhecimento e do autodomínio, nutrir sentimentos positivos por nós mesmos e pelos outros. A comunidade onde nascemos, crescemos e vivemos é que proporciona as condições necessárias para essa evolução racional e emocional. É ela e nela que desenvolvemos as características especificamente humanas (a linguagem, o pensamento, a capacidade de conhecer, questionar, de agir eticamente, de amar etc.). A educação deve auxiliar o aluno a descobrir-se a si próprio, pois só assim compreenderá e conseguirá colocar-se no lugar do outro e respeitar as suas decisões.

Viver em comunidade implica o respeito pelas diferentes convicções e hábitos culturais dos indivíduos sociais que se relacionam e interagem dentro do mesmo espaço público. Cabe à família e a escola educarem para a cidadania, de modo a prepararem os alunos para a sua posterior integração na sociedade civil. A filosofia naturalmente promove a educação para a cidadania, ensinando o aluno a ser tolerante, a respeitar os outros e a

reconhecer a sua humanidade, para além de todas as diferenças; eleger o diálogo e a argumentação em detrimento da violência; acolher a diversidade de opiniões e de crenças religiosas e não discriminar ninguém. O contributo da filosofia encontra-se na ajuda da compreensão da realidade, preparação do aluno para assumir as suas responsabilidades; desenvolve a capacidade de julgar por si mesmo e de construir argumentos, ensina valores de solidariedade, tolerância e respeito pelo outro, forma seres livres e reflexivos impulsiona a autonomia de pensamento e de ação e a crítica construtiva.

A pedagogia que aqui estudámos procura ir de encontro a estas missões do ensino da filosofia, mediada pela conceptualização. Os conteúdos inscritos no Programa de Filosofia motivaram, a nosso ver, suficientemente os alunos para a reflexão, esperando atingir o objetivo de que, após isso, se iniciem na construção de um discurso individual (oral ou escrito) que abrigue o horizonte da filosofia.

Atualmente vivemos num contexto sociocultural marcado pela tradição humanista, que atribui importância ao estudo dos sistemas filosóficos, e por outro lado, marcado pelos ideais científico-tecnológicos que conduzem ao utilitarismo e à economia, desprestigiando os valores espirituais e humanos que tanto caracterizam a filosofia. A pedagogia do conceito apresentada, julgamos que, não ignora estes aspetos. É preciso separarmo-nos da visão coisificada e pragmática do real, atribuindo maior importância às dimensões do sentido criado, dos factos e das finalidades superiores que o homem tem de alcançar para se poder realizar como ser racional. A humanidade confronta-se com problemas para os quais a ciência se mostra incapaz e inoperante relativamente à sua resolução. Portanto, o compromisso assumido deverá ser a pessoa, o respeito, a dignidade, a solidariedade, o diálogo, a procura do consenso, a paz, a democracia, entre outros. O cidadão contemporâneo é um cidadão do mundo com direitos fundamentais, portador de identidade e dignidade próprias, com o poder de deliberar e o dever de participar democraticamente nos assuntos da esfera pública, deve ser solidário e responsável à escala mundial, deve construir a paz e alcançar o consenso, resumindo, deve participar na construção de uma sociedade melhor e mais justa. Deve existir um diálogo enriquecedor entre os especialistas com vista à integração dos conceitos provenientes de outras áreas. Tendo no horizonte a superação da intolerância, da xenofobia, do racismo, do dogmatismo, ou seja, de todas as visões unilaterais e prejudiciais à sociedade e ao viver em harmonia, em igualdade de direitos e em liberdade.

A disciplina de filosofia auxilia o crescimento interior, o progressivo desabrochar da sua identidade (problematização) e da sua compleição como pessoa. Com tal não queremos desvalorizar o rigor e a objetividade da informação científica, mas dizer apenas que a filosofia e a dimensão formativa são muitíssimo importantes. Sempre que possível, o docente deve dosar o seu discurso com objetividade e rigor, para que o aluno treine a clarificação de conceitos. Até porque a filosofia ensina a pensar com rigor e clareza sobre problemas que temos de resolver enquanto cidadãos, quando não há respostas feitas, ensina-nos a procurar respostas, a investigar, eliminando a subjetividade opinativa, aleatória e por vezes irracional. A filosofia é um saber, é uma atitude, é uma forma de ver e de pensar.

O agir humano presume um projeto particular e pessoal, que toma forma na relação com os outros e com as instituições que formam a sociedade civil e estabelecem a convivência. Somos pessoas na medida em que somos uns com os outros, não vivemos isolados, o nosso bem-estar, a nossa sobrevivência, do nosso agir depende da sociedade e da cultura em que estamos inseridos. Claro que a convivência nem sempre é pacífica, procuramos a sociedade na busca pelo semelhante e por outro lado, é isso mesmo que nos leva outras vezes a isolarmo-nos, a questionarmos e a querer mudar esse ambiente natural. O ser humano é um ser racional e ao mesmo tempo um ser com sentimentos, aspirações e interesses por vezes muito díspares, estas duas ambivalências interferem na relação com o outro.

Como expõe Aristóteles a filosofia, *filha da polis*, privilegia a dimensão política e o seu contributo para a formação da cidadania. A cidadania constrói-se tendo como suporte fundamental o reconhecimento da igualdade e da liberdade do cidadão. O homem é um animal político que reflete sobre a situação social, que procura tecer um espaço comum a todos para que se possa participar na organização e dinamização da sociedade de modo a promover a cidadania ativa.

Atualmente, o campo prático da filosofia revela-se quando pensamos a relevância da participação dos cidadãos na vida pública. A filosofia política alerta para a participação política ativa nos dias de hoje, como forma de controlar e influenciar a ação dos governos. A criação de espaços de encontro e de debate possibilitam e promovem a participação política dos cidadãos. Com o progresso tecnológico o espaço público ganhou outras dimensões. Agora o espaço público, para além do lugar físico, é o espaço virtual que une os cidadãos de todo o mundo. Exemplo disso são os meios de comunicação de massas, blogues e a Internet que divulgam informação, denunciam irregularidades e promovem o debate. São uma espécie de *Ágora* ou fóruns democráticos. Esta globalização acentua a importância de se pensar a política a um nível global.

A tarefa da reflexão política a que estão sujeitos mais tarde ou mais cedo todos os cidadãos tenta conciliar as exigências pessoais com as da coletividade para encontrar o equilíbrio e a justiça. É, aliás, essa articulação que justifica a importância da filosofia no secundário pois temos de ter em conta o que eticamente justifica as escolhas dos sujeitos pelo bem ou pelo justo e nada melhor do que a filosofia para direcionar os alunos na reflexão, preferência e conceptualização dos princípios mediante certos problemas sociais.

A importância da filosofia política como *praxis* da ação comum é reavivada nestes últimos tempos. O Homem - cidadão é cada vez mais crítico, consciente e interventivo. Isto mesmo é defendido pela Hannah Arendt que defende a política como fazendo parte integrante na própria ação - agir comum, como podemos verificar pelo seguinte excerto:

“O pensamento político contemporâneo, embora não possa competir em clareza com o passado, distingue-se deste quadro tradicional pelo facto de reconhecer que os assuntos humanos colocam problemas filosóficos autênticos e que a política é um domínio que suscita verdadeiras questões filosóficas, e não simplesmente uma

esfera da existência na qual devemos ser governados por preceitos que têm origem em experiências de ordem diferente. (...) Esta atitude diferente pode alimentar a esperança de uma «nova ciência política».” (Hannah Arendt, 2001, p.329)

Por tudo aquilo que foi referido anteriormente podemos declarar que o horizonte da filosofia encontra-se na intervenção ativa dos cidadãos na política - cidade, no esforço da filosofia atual para encontrar novas respostas aos problemas políticos. Isto porque o Homem continua a desrespeitar a liberdade e a igualdade que são direitos fundamentais. O problema filosófico da cidadania pode ser formulado na seguinte questão: que princípios devem reger a organização da comunidade de forma a potenciar a participação ativa dos cidadãos na vida pública? A reflexão filosófica - política revela-se essencial para descobrir a melhor forma de coexistência entre os cidadãos sem que seja violado ou menosprezado nenhum direito. Portanto a construção da cidadania pressupõe respostas que contemplem a importância da tolerância e do diálogo (competências transmitidas pela disciplina de filosofia ao aluno).

Com a globalização e a (e)imigração são estabelecidos contactos com outras culturas e religiões que obrigam o cidadão a ser digamos que um cidadão no mundo, que obriga a sociedade a repensar a situação do ser humano enquanto cidadão no mundo. Portugal é habitado presentemente por uma grande pluralidade de pessoas. Portanto à que garantir o respeito pelos direitos fundamentais, e para tal nada melhor que uma boa formação filosófica assente em princípios e valores positivos. É, deste modo, que se torna basilar a reflexão sobre os problemas que atualmente assolam o mundo. É uma tarefa árdua, que é dificultada pela manifestação de vários tipos de interesses. Apesar disso a questionação não morre: Como resolver os conflitos atuais? Será possível erigir um conjunto de comportamentos (regras) universais para evitar esses problemas (convicções religiosas, filosóficas, políticas etc.)? Será possível “globalizar” princípios? Será que as diferentes culturas podem transpor a sua forma de estar e agir? Que consequências terá esta transposição na identidade de cada uma? Há justificação para a discriminação racial, sexual, cultural? O tema do multiculturalismo é um dos assuntos mais importantes da atualidade política. Mais uma vez sobressai a proficuidade da filosofia e o seu papel fulcral na construção da cidadania, pois sem ela não se poderá pensar a tolerância nem tão pouco praticá-la. A Declaração de Princípios sobre a Tolerância aprovada pela UNESCO (*in*: <http://www.unesco.pt/>) em 1995 define a Tolerância como sendo “(...) o respeito, a aceitação e o apreço pela riqueza e pela diversidade das culturas do nosso mundo, pelos nossos modos de expressão e pelas nossas formas de exprimir a nossa qualidade de seres humanos.” A tolerância é um dos princípios reguladores do pluralismo cultural. Ser tolerante é acatar atitudes e convicções que não estão de acordo com as nossas convicções. É evidente que a problemática da tolerância não é recente. Na obra *Carta sobre a tolerância* John Locke surge o apelo à tolerância entre os homens. Contudo, é agora que com o *progressivo abandono do próprio termo tolerância* que ressurge a importância do conceito de liberdade e do direito à diferença.

É urgente que se estabeleça o diálogo como via de construção da cidadania. Em que a participação do individuo na vida cívica seja livre, responsável, solidaria e crítica.

Independentemente do sexo, cor, raça, crenças políticas e religiosas os indivíduos devem reconhecer os direitos humanos reafirmando a igual dignidade humana.

Cada um tem o direito de ter e defender as suas próprias convicções, mas não tem o direito de ser intolerante. Perante a diversidade de questões socioculturais impõe-se a importância do diálogo, do debate, da discussão enfim da democracia instaurada pelos gregos. Verificamos que, nos dias de hoje, a participação na vida política é cada vez menor, o que conduz ao questionamento acerca do papel do cidadão. A cidadania edifica-se na participação de todos que não se limita a um simples debate dos problemas, mas que leva à decisão coletiva e a *construção e tomada de consciência da identidade pessoal e social*.

Como prova da contribuição da filosofia na construção da cidadania a UNESCO, com fundamento numa pesquisa realizada em vários países, concluiu que a disciplina de filosofia tem um papel fulcral na construção da democracia. A UNESCO realizou em 1994/1995 em vários países um inquérito internacional sobre o ensino da filosofia no mundo, com o objetivo de definir o lugar e a importância desta, publicando as conclusões no volume *Philosophie et démocratie dans le monde*. Neste volume, e não só, a UNESCO defende que a educação deve ter como base quatro aprendizagens fundamentais ou princípios orientadores - os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum e aprender a ser*. Com base no que foi referido elaborou um programa de intervenção para generalizar o ensino de filosofia intitulado - *Filosofia e Democracia no Mundo*. A UNESCO neste programa apela as escolas que incluam a filosofia nos seus currículos.

São várias as teorias que tentam responder à questão central em cidadania - *Que princípios devem orientar a organização da sociedade de forma a potenciar a participação dos cidadãos na vida pública?* Claro que para intervirem, os cidadãos, tem de estar informados sobre os problemas e possíveis decisões que têm de ser tomadas para o bem-estar da população. A teoria dos direitos, defendida por T. H. Marshall - sociólogo, fundamenta-se na ideia de que a melhor maneira de incentivar os cidadãos a participar na vida pública é atribuir-lhes direitos: civis, políticos e sociais. A teoria conservadora sustenta que é preciso responsabilizar os cidadãos, exigindo-lhes deveres sociais básicos que sejam paralelos aos seus direitos. A teoria da sociedade civil, defendida pelo filósofo Michael Walzer, diz-nos que devem ser as organizações voluntárias da sociedade civil (igrejas, famílias, associações étnicas, grupos ecologistas etc.) a incentivarem a cidadania ativa, isto porque ao participar nelas o cidadão assimila e cultiva as virtudes essenciais sem as quais a cidadania não é praticável. A teoria da virtude liberal vai de encontro ao que se tem apresentado neste trabalho. Portanto esta teoria, defendida pelos filósofos Stephen Macedo e William Galston, sustenta que a escola como instituição é o lugar privilegiado para cultivar as virtudes essenciais da cidadania ativa. Esta teoria defende que é através do sistema de ensino que os cidadãos adquirem a atitude crítica fundamental para regular as autoridades e a imparcialidade racional para organizar debates racionais de ideias. Logo, se é na escola que adquirimos a atitude crítica, vamos de encontro as finalidades do ensino de filosofia no secundário, enunciadas nas Orientações para a lecionação do Programa de Filosofia, que nos diz que os docentes devem: *“Proporcionar oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de*

um pensamento ético - político crítico, responsável e socialmente comprometido, contribuindo para a aquisição de competências dialógicas que predisponham à participação democrática e ao reconhecimento da democracia como o referente último da vida comunitária, assumindo a igualdade, a justiça e a paz como os seus princípios legitimadores.”

A nossa sociedade é marcada pelo pluralismo, onde se constrói a cidadania que pressupõe direitos e deveres, entre outros a liberdade, igualdade, diferença, justiça, solidariedade e responsabilidade. A cidadania tem como base a tolerância e o diálogo. Contemporaneamente existe uma necessidade de uma racionalidade prática pluridisciplinar que acompanhe as coisas que se alteram a ritmo acelerado. Muda a natureza, mudam as pessoas altera-se a organização e vida das empresas, modificam os conceitos de educação, da família e da sociedade. Tais mudanças implicam a reorganização das relações entre as comunidades e o ambiente natural. Com a chegada do século XXI várias questões/problemas constituem um grande desafio para a disciplina de filosofia.

Conclusão

Não se dá por terminada a reflexão da pedagogia do conceito. Diríamos que ela começa agora. Esta conclusão é uma espécie de pausa, porque a realidade está em constante mudança e exige que se recomece nos mais diversos planos: há que traçar de novo o plano, criar e recriar conceitos.

Neste trabalho procurámos realizar uma reflexão sobre a conceptualização no ensino da filosofia e apresentar propostas metodológico-didático- pedagógicas para a sua aplicação em contexto da aula (ensino - aprendizagem). Procurámos manter, na nossa reflexão, um diálogo permanente com o pensamento defendido por Deleuze e Guattari, na obra *O que é a filosofia?*, de que a conceptualização é o caminho necessário para o filosofar.

Ver um exemplo a seguir no pensamento acerca da conceptualização de Deleuze, e possível aplicação na educação, é defender a capacidade crítica pessoal, aprender a ver com paciência, adquirir conhecimentos que aumentem a atividade de querer saber mais, manter uma posição artística e de criação, caminhar de modo que os erros tenham somente o objetivo da educação do próprio Ser. A exposição teórica, que fizemos orientada por uma pedagogia do conceito, mostra-nos que o ensino da filosofia não é, somente, uma arte de inventar. O seu objetivo, sendo o de criar, implica permanente atenção à novidade da própria vida, pois os conceitos não são unicamente descobertas. A filosofia é a disciplina específica que cria conceitos. No nosso relatório os problemas e os conceitos são analisados numa nova perspectiva de articulação.

A metodologia de laboratório conceptual de I. Izuzquiza, que aqui analisámos muito breve, parece-nos visar uma aplicação prática da criação de conceptual. Para este didata da filosofia, a aula de filosofia é o lugar privilegiado de investigação, onde se pode trabalhar com problemas filosóficos determinados que conduzem à criação de conceitos. Isto porque a aula como laboratório possibilita a exposição dos alunos das suas vivências quotidianas despertando-lhe o interesse, pois não há filosofar separado do viver concreto. O ensino da filosofia para Izuzquiza, não é um aglomerado de informações ensináveis e estéreis, mas é antes a atividade racional que tem de se pôr em prática. Deste modo surge o papel

fundamental do docente que deverá encontrar exercícios que conduzam o aluno ao filosofar, para que este compreenda, pense e estabeleça ligações por si mesmo à sua própria vida e ao mundo em que intervém. Por outras palavras, o docente deve partir da experiência do aluno e conceptualizá-la e problematizá-la, pois só assim conseguirá motivá-los para a atividade do filosofar criando o seu próprio discurso conceptual. Michel Tozzi diria que a motivação do aluno para a filosofia consiste na articulação entre o pensamento (racionalidade), a linguagem (conceptualização) e a realidade (vida quotidiana).

Através da leitura e interpretação de textos o aluno adquire a capacidade de compor filosoficamente, pensa, debate, argumenta, cria e recria conceitos filosóficos, com a consciência que os conceitos não são simples, preparando-o para a ação política consciente e efetiva. O texto é uma das condições fundamentais para que exista realmente o exercício do filosofar nas aulas de filosofia. O texto deve ser considerado como instrumento mediador no processo da argumentação e principalmente do raciocínio sistemático de elaboração e criação de conceitos essencial à atividade filosófica.

A leitura e interpretação de textos filosóficos devem ser compreendidas como constituintes da mediação dos conteúdos filosóficos a lecionar. Através da hermenêutica textual o aluno adquire a capacidade de compor filosoficamente também ele, um texto.

O Programa de Filosofia de 10º e 11ºanos indica que a aprendizagem da filosofia permite o desenvolvimento de uma consciência crítica, de um pensamento ético e político, a formulação de um projeto de vida entre outros. Com efeito, a disciplina de filosofia assume a formação da cidadania como um dos pontos-chave para a sua mais do que justificada presença no ensino secundário. A cidadania acontece no horizonte do discurso lógico, logo o filosofar, a conceptualização, o carácter sempre renovado dos conceitos é necessário e primordial ao mundo real. Resta aos profissionais da área da filosofia conduzir a bom termo tal responsabilidade. O presente trabalho pretendeu contribuir para o esclarecimento desta responsabilidade, sabemos que não existe um método que reúna consenso mas esperamos que com ele tenhamos suscitado as atenções para a questão da importância da filosofia no ensino.

Lembramos, Kant que na obra *Critica da Razão Pura* fala de uma filosofia como saber aberto, e concordando com tal ideia, não pretendimos aqui dar soluções definitivas (se é que existem), pretendemos sim expor o nosso pensamento acerca da problemática da pedagogia do conceito dando azo a que outras problemáticas surjam e que contribuam para a afirmação da salutar importância da filosofia e do seu talento da razão. O movimento da razão - filosofar - surge por entre os conceitos filosóficos sendo criados e recriados através do filosofar (criar caminhos novos).

“Pode-se apenas aprender a filosofar, isto é, a exercer o talento da razão na aplicação dos seus princípios gerais em certas tentativas que se apresentam, mas sempre com reserva do direito que a razão tem de procurar esses próprios princípios nas suas fontes e confirmá-los ou rejeitá-los.” (Kant, 2001,p. 671)

Ao longo do trabalho guiou-nos a ideia de que o ensino da filosofia pressupõe trabalhar os conceitos como se trabalha a madeira, quer dizer, é produzi-los sempre novos (alunos e docentes) e que respondam à solicitação de enigmas reais. Aprender a filosofar é criar um diálogo crítico (olhar o passado e o presente) com a filosofia e com a criação de conceitos.

Terminamos com as palavras de M. Tozzi que nos apresentam um pensamento para a vida:

“ Ensinar é preparar um curso, ou seja, selecionar, hierarquizar e ordenar o conteúdo, com a satisfação intelectual de uma obra de análise, de síntese e de envolvimento pessoal. Depois, é dar o curso previsto, a lição, expor com clareza e lógica as ideias, assegurar-se da sua compreensão por um jogo de perguntas-respostas e enfim passar os trabalhos, dar conselhos, corrigir os erros, propor modelos. A lógica deste modelo de referência é tal que se poderia perguntar se ensinar poderia ser outra coisa.” (M.Tozzi, 1991, p.7)

Referências bibliográficas

ARENDRT, Hannah, *Compreensão e política e outros Ensaios*, Relógio d' água, Lisboa, 2001.

ALVES, F. e CARVALHO, J., *Pensar azul*, Texto Editores, Lisboa, 2007.

CERLETTI, A., “Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico”, in: GALLO, S.; CORNELLI, G.; Danelon, M. (Org.), *Filosofia do ensino de filosofia*, Petrópolis: Vozes, 2003.

COSSUTTA, Frédéric, *Didáctica da Filosofia*, Trad. José Eufrázio, Edições Asa, Coleção Horizontes da Didáctica, Lisboa, 1998.

COSSUTTA, Frédéric, *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*, trad. Ângela de Noronha Begnami *et al.*, Martins Fontes, São Paulo, 2001.

DELEUZE, Gilles, *Conversações, 1972-1990*, trad. Miguel Pereira, Editora Fim de Século, s/l, 2003.

DELEUZE, Gilles, *Espinosa e os signos*, Porto, Coleção Substância, s/l, s/d.

DELEUZE, Gilles, *Foucault*, Lisboa, Veja - Coleção Perfis, s/l, s/d.

DELEUZE, Gilles, *Nietzsche e a filosofia*, trad. António Magalhães, Rés - Editora, Porto, s/d.

DELEUZE, Gilles, *Nietzsche*, Edições 70, Lisboa, 1994.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *O que é a filosofia?*, trad. Margarida Barahona e António Guerreiro, Editorial Presença, Lisboa, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *Mil planaltos - Capitalismo e esquizofrenia 2*, trad. E prefácio de Rafael Godinho, Assirio e Alvim, Lisboa 2007.

DIAS, R., Grácio, *Ensi(g)nar Filosofia?*, Associação de Professores de Filosofia, 2004, (<http://www.apfilosofia.org/>).

ENCICLOPÉDIA VERBO LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, Edição século XXI, volume 22, Editorial Verbo Lisboa/São Paulo, 1999.

ESTANQUEIRO, António, *Boas práticas na Educação - O papel dos professores*, Editorial Presença, Lisboa, 2010.

FOLSCHEID, Dominique *et al.*, *Metodologia filosófica*, Martins Fontes, São Paulo, 1999.

GALLO, Sílvio, (2007), *Deleuze e a Educação - parte um: Deleuze e a filosofia*, acessido em: 13, maio de 2012, em: <http://pt.scribd.com/doc/60114623/Deleuze-e-a-Educacao-Parte-Um>
GELAMO, Rodrigo, P., *A imanência como “lugar” do ensino da filosofia*, acessido em 13 de junho de 2012, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100009.

HENRIQUES, F., Vicente, J., *et al.*, *Programa de Filosofia*, 2004.

HENRIQUES, Mendo *et al.*, *Educação para a cidadania - Saber & Inovar*, Lisboa, Plátano Editora, Julho de 2006.

IZUZQUIZA, I., *La classe de Filosofia como simulacion de la actividad filosófica*, Ediciones Anaya, Madrid, 1982.

KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Pura*, trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Morujão, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição, Lisboa, 2001.

LARROSA, Jorge, *Linguagem e educação depois de Babel*, Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos, *Didática - velhos e novos temas*, 2002, disponível em <http://gtdidatica.sites.uol.com.br/textos/libaneo.pdf> acesso em 24 de abril de 2012.

MACEDO, Lino, *Ensaio construtivistas*, Casa do Psicólogo, S. Paulo, 1994.

Neves Vicente, Joaquim, *Didática da filosofia - Apontamentos e textos de apoio às aulas*, Universidade de Coimbra, 2005.

PRADO, Jr., B, *A ideia de “plano de imanência”*, in: ALLIEZ, E. (Org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*, São Paulo, Editora 34, 2000.

SANTIAGO, Silvano (org), *Glossário de Derrida*, Francisco Alves, 1976.

SAVIANI, Dermeval, *Educação: do senso comum à consciência filosófica*, Ed. São Paulo: Cortez, 1984.

TOZZI, M.- “Peut-on didactizer l’enseignement philosophique?” in L, *Enseignement Philosophique*, nov. déc.1995.

TOZZI, M., *Aprenhendo à filosofar*, s.ed., Montpellier, 1991

